

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, CONSUMO E CIDADANIA

PORTILHO, Fátima. *Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania*. São Paulo: Cortez, 2005.

Vidal Dias da Mota Junior

*Dr. em Ciências Sociais pela Unicamp. Prof. da Uniso e da Academia de Ensino Superior
E-mail: vidal.mota@uniso.br*

O livro *Sustentabilidade Ambiental, consumo e cidadania*, com 235 páginas, elaborado pela cientista social Fátima Portilho, proporciona importante reflexão sobre o tema da sustentabilidade ambiental e do consumo. A autora é Doutora em Ciências Sociais pela Unicamp, tendo desenvolvido pesquisa na Universidade de Oxford/Inglaterra atualmente faz pós-doutorado no programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (Niterói/RJ).

A obra nasceu da constatação de uma mudança no campo de disputas e debates sobre o meio ambiente em que um novo discurso e uma nova percepção dentro do pensamento ambientalista hegemônico internacional. A autora mostra que esse novo discurso aponta para uma nova forma de definir a principal causa dos problemas ambientais: os hábitos de consumo e estilo de vida.

Portilho demonstra que a crítica aos hábitos de consumo moderno, não é privilégio dos ambientalistas. Ela explicita que a crítica ao consumo nasceu junto com a própria Sociedade de Consumo. O estudo afirma que a concepção de que habitamos e somos vítimas da Sociedade de Consumo tem se tornado um clichê. O debate entre vida de luxo e vida espartana, que produziu vários discursos contra a opulência, o desperdício, o hedonismo, foi sempre renovado por diferentes argumentos, tanto morais quanto religiosos, éticos, políticos e econômicos. Assim, se o consumo ostensivo e perdulário já era questionado por produzir uma desigualdade de classe, ou intrageracional, já que, este estilo de vida ostentatório e desigual pode dificultar a garantia de serviços ambientais equivalentes para as futuras gerações. O texto destaca a discussão que se tornou quase lugar comum o argumento de que 20% da população mundial, que habita principalmente os países afluentes do hemisfério norte, consomem 80% dos recursos naturais e energia do planeta e produzem mais de 80% da poluição e da degradação dos ecossistemas, enquanto os 80% que habitam principalmente os países pobres do hemisfério sul, ficam com apenas 20% dos recursos naturais e, nesse sentido, ganhou força a argumentação no qual se os habitantes dos países do Sul adotassem padrões de consumo e estilo de vida semelhante a um norte americano médio, seriam necessários, pelo menos dois planetas Terra.

Portilho mostra que a preocupação com o consumo dentro do pensamento ambientalista já existe, pelo menos, desde o movimento contracultural da década de 1960. No entanto, a sua obra optou por enfatizar o chamado pensamento ambientalista hegemônico (mainstre-

am), ou seja, aquele produzido pelos meios institucionalizados e legitimados socialmente, compostos pelos setores estatais dos países centrais, pelas instituições governamentais, pelos setores empresariais e pelas grandes ONGs que circulam nesse meio.

Nesse estudo uma das primeiras perguntas foi sobre por que e como surgiu esse novo discurso que redefine a crise ambiental como um problema originado da esfera do consumo. Para isso a pesquisa teve, entre outras, a importante função de mapear o campo e reunir elementos teóricos para aprofundar o debate e subsidiar ações dos movimentos sociais, governos e empresas. A obra não esgota o tema, mas certamente, contribui para ampliar a discussão sobre a relação entre meio ambiente, consumo e cidadania.

É importante destacar que, nesse trabalho, a autora fez uma opção de ultrapassar as abordagens que vêem o campo do consumo como uma atividade totalmente manipulada pelas forças de produção, através da propaganda. O estudo não busca simplesmente “criticar” a Sociedade de Consumo na perspectiva de que o consumidor é alienado e manipulado. A sua opção foi enfatizar autores que analisam o campo de consumo como uma possibilidade de luta política e simbólica conforme as concepções de Pierre Bourdieu, Mike Fetherstone, Mary Douglas, Michel de Certeau e Nestor Garcia Canclini.

A obra está dividida em quatro capítulos no qual a autora aborda desde a emergência internacional sobre consumo e meio ambiente; a sociedade de consumo; a preocupação com o consumo no movimento ambiental pós-Rio-92 e as conseqüências políticas do deslocamento da questão ambiental para o campo do consumo.

No capítulo que aborda a emergência internacional sobre consumo e meio ambiente, a autora destaca que as chamadas políticas de consumo vem ganhando centralidade nas propostas de política ambiental internacional, tornando-se uma das principais vertentes na busca da sustentabilidade. Todavia, ela problematiza um dos princípios dessa concepção, no qual, tipicamente, o consumidor é pensado como um indivíduo, mas na prática consiste em instituições, indivíduos e grupos de indivíduos. O estudo destaca ainda que deve-se manter a atenção no modelo produtivo e não simplesmente substituí-la pela análise de comportamentos individuais.

No capítulo em que Portilho discute a sociedade de consumo ela conclui que a Sociedade de Consumo tem sido considerada, basicamente de três maneiras diferentes. Em primeiro lugar, a Sociedade de Consumo é vista como uma sociedade capitalista, dependente, para sua expansão, do desenvolvimento do capitalismo industrial. Tal abordagem influenciada, principalmente, pelo marxismo e suas variações teóricas orientadas pela divisão de classe, percebe o consumo como o outro lado da produção. Em segundo lugar, a sociedade de consumo é vista como uma sociedade racional e utilitária, feita, simplesmente, por consumidores praticando o ato de consumir. A terceira e mais recente vê a sociedade de consumo como uma sociedade simbólica e de sinais e significados, enfatizando a construção e fortalecimento das identidades individuais e sociais através da aquisição e uso de bens. Trata-se de uma perspectiva associada aos Estudos Culturais e às teorias da pós-modernidade. Essa variedade de perspectivas faz surgir uma questão mais ampla relacionada com o papel e a função do consumo: exploração e manipulação, de um lado, e empoderamento e expressão de identidades, de outro. Isso faz com que a autora conclua que o campo do consumo, e da Sociedade do Consumo, é multifacetado, contraditório e ambíguo. “Trata-se de um fenômeno, ao mesmo tempo, econômico e

cultural, que pode simultaneamente empoderar e explorar os consumidores.” (p. 105)

No quarto capítulo é discutida a preocupação com o consumo no movimento ambientalista pós-Rio 92 e, nesse sentido, a obra discute as diversas concepções do conceito de consumo sustentável que passou a ser intensamente veiculado e destacando que essa proposta precisa de discussões mais amplas, especialmente com relação à sua pretensão política e transformadora.

No quinto capítulo a autora busca compreender as conseqüências políticas do deslocamento da questão ambiental para o campo do consumo em que ela destaca que embora não seja correto afirmar que o consumidor é o “novo ator social”, capaz de mudar a sociedade em direção a uma mais sustentável, pode-se considerar a possibilidade de politização da esfera privada, considerando-a uma necessária extensão das novas práticas políticas, pois, para Portilho, os consumidores organizados em ODCs (Órgãos de Defesa dos Consumidores) podem ser pensados como um dos portadores desse projeto, construindo novas formas de ação política e fortalecendo a cidadania e o interesse pelo espaço público.

Portanto, verifica-se que a obra mostra as diversas contradições e polêmicas em torno da questão do consumo, da sustentabilidade do consumo e da cidadania na pós-modernidade e, dessa forma Portilho (2005, p. 223) nos mostra que a ambivalência das políticas de consumo nos leva a reforçar a asserção de que ações individuais não seriam a estratégia mais adequada para o enfrentamento dos problemas ambientais. Ao contrário, as mudanças mais profundas devem ser produzidas através de ações políticas elaboradas por organizações sociais e instituições eleitas democraticamente.